



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Ana Caroline da Costa do Amaral dos Santos

OS CONFLITOS DO COTIDIANO ESCOLAR E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA

Rio de Janeiro

2016

Ana Caroline da Costa do Amaral dos Santos

OS CONFLITOS DO COTIDIANO ESCOLAR E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da UFRJ como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof^o Dr^o Reuber Gerbassi Scofano

Rio de Janeiro

2016

Ana Caroline da Costa do Amaral dos Santos

OS CONFLITOS DO COTIDIANO ESCOLAR E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA

Monografia apresentada à Faculdade de Educação
da UFRJ como requisito parcial à obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Prof^o Dr^o Reuber Gerbassi Scofano

Professor (a) Convidado (a): Prof^a Silvina Julia Fernández

Professor (a) Convidado (a): Prof^a Marta Lima de Souza

Rio de Janeiro

2016

Dedico este trabalho a Deus que me ensinou a perseverar e sustentou-me em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

A meus pais Deise Lúcia da Costa do Amaral e Josué Alves do Amaral pelo amor, cuidado e ensino que me fizeram ser quem sou hoje.

A meu irmão Israel da Costa do Amaral, sem a qual eu não teria conseguido vencer as barreiras das dificuldades.

Em especial a meu esposo Alan Carvalho dos Santos, que sempre acreditou que seria possível a realização desse sonho e caminhou comigo.

A Rachel Emanuelle Barreto e Noemí Viana pela amizade que ultrapassou o tempo e que fez diferença na trajetória da minha vida, como também desse trabalho.

À Gelcina, Lidiane, e Rebeca Carvalho, que são minha pequena família e trouxeram esperança ao meu coração. A Elionai, Priscila Fraga, Vanessa e Daniella Souza, pelo apoio e encorajamento.

A toda minha família, amigos, igreja e pastores pela firme convicção de minhas capacidades e apoio nos momentos difíceis.

E ao meu orientador Reuber que sempre e com muita paciência deslindou e incentivou os questionamentos e as descobertas dessa profissão apaixonante.

*“Aprender para nós é construir, reconstruir,
constatar para mudar, o que não se faz sem
abertura ao risco e à aventura do espírito.”*

(Paulo Freire)

RESUMO

A presente pesquisa apresenta uma reflexão sobre o cotidiano escolar influenciado pela política e atual crise da ideologia capitalista existente na sociedade brasileira. Esta política através de órgãos internacionais utiliza a escola como mecanismo de dominação de classes, cria e modifica os documentos educacionais, gera exclusão e apropriação do conhecimento e riqueza a poucos, causando a crise da escola atual. Buscamos analisar os conflitos sociais, políticos e econômicos que estão relacionados e refletem na escola, para isso, precisamos olhar para sua formação a partir de sua história, e constatamos que esta nasceu atrelada a estes conflitos, portanto não foram criados a partir dela, porém dentro dela. A educação está ligada a vida em sociedade, e a escola é uma das formas de se promover a socialização. A partir desta constatação refletimos sobre a educação abrangendo o sistema escolar, a escola como ambiente, e a profissão docente, sabendo que estes são indissociáveis, mas, com interesse em propor estratégias e ações ao educador na sala de aula que possam contribuir para uma educação de qualidade, ética e cidadã, que supere toda crise estabelecida.

Palavras-chave: escola, educação, conflito, capitalismo.

ABSTRACT

This research presents a reflection on the daily school life and how it has been influenced by politics and the current existing capitalist ideology crisis in Brazilian society. The present policy, through international organizations, uses the school as a social class domination mechanism, creates and modifies educational documents, generates exclusion and appropriation of knowledge and provides wealth for a minority, causing the current school crisis. We analyze the social, political and economic conflicts that are related to school life , as well as its effects. there has been a need to look at its training program historically, and realize that this crisis has been linked to these conflicts, as such problems were not created from it, but “inside it”. Education is linked to life in society, and the school is one way to promote socialization. From this perspective, we reflected on education as a whole, including the school system, the school and the environment, and the teaching profession, knowing that these are inextricably linked, but with interest to propose strategies and actions for the teacher in the classroom that can contribute to an educational system with quality, ethics and citizenship, that overcomes the established crisis.

Keywords: school, education, conflict, capitalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	9
1.1 Colônia	10
1.2 Império	11
1.3 República	12
<i>1.3.1 República Velha (1889-1929)</i>	13
<i>1.3.2 Era Vargas (1930-1944)</i>	14
<i>1.3.3 República Populista</i>	17
1.4 Governos Militares	18
1.5 Neoliberalismo e Brasil Atual	19
2 OS CONFLITOS NA ESCOLA	23
3 PERSPECTIVAS POSITIVAS	28
3.1 A Educação dos Sentidos	28
3.2 A Escola da Ponte	30
3.3 Relato de Experiência	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

A pesquisa é de cunho bibliográfico e com relato de experiência, e se propõe analisar o sentido da escola dentro do contexto da crise estabelecida na sociedade, apresentando abordagens de ensino que possibilitem a consciência crítica e a educação cidadã. Através da reflexão sobre os problemas que existem dentro da escola e como os professores podem enfrentar, a proposta fundamenta-se nos autores Alexandre Shigunov, Gaudêncio Frigotto, Rubens Alves e Paulo Freire.

O primeiro capítulo examina a história da escola brasileira, através do livro “História da Educação Brasileira – Do período Colonial ao Predomínio das Políticas Educacionais Neoliberais”, que relata os fatos divididos em períodos políticos e econômicos.

O segundo capítulo está baseado no autor Gaudêncio Frigotto “Educação e a Crise do Capitalismo”, que contrapõe com autor anterior, e retrata os problemas político-econômicos e sociais que fazem parte da escola. Além desses autores, o livro “A invenção da escola a cada dia”, que contém as falas de professores das redes públicas de ensino, enriquece e intensifica o estudo, pois destaca os sujeitos e o cotidiano escolar. Para contextualizar o assunto neste debate, apresenta como algumas instituições nacionais e internacionais tentam quantificar e padronizar a qualidade do ensino através de conceitos empresariais.

A partir do terceiro capítulo apresenta as perspectivas de Rubem Alves e Paulo Freire sobre a educação dos sentidos, propõe o exemplo da Escola da Ponte, e descreve um Relato de Experiência com reflexões e questionamentos que deram origem a esta pesquisa.

Sabendo que a escola vive atualmente uma crise, o tema da pesquisa justifica-se pela necessidade de uma reflexão crítica sobre a realidade e sobre tudo que envolve a escola, os conflitos e possíveis causas, para então reafirmar seu papel e sentido diante da sociedade.

Dessa forma, a pesquisa pretende contribuir para encontrar propostas que dêem aos professores possibilidades de intervenção e aperfeiçoamento de suas práticas, oportunizando aos alunos uma aprendizagem crítica e cidadã e de transformação do espaço escolar bem como da realidade atual.

1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para entender a realidade da escola hoje, é preciso analisar sua história, seu sentido e seu uso diante do contexto social. Na verdade, a construção da escola originou-se pela necessidade de desenvolvimento e compreensão dos problemas do homem na sociedade. portanto falar de escola é falar de formações sociais.

Desde a Grécia, a educação está associada ao desenvolvimento da consciência dos indivíduos, como se observa na época, o currículo mais voltado para a formação do corpo e espírito, reflexo da cultura e do período histórico. A partir do Renascimento no século XV na Europa, se inicia um firme interesse pela educação, esse período foi marcado por grandes invenções e viagens marinhas de exploração dos territórios, surgindo novas concepções de homem e também de teorias educacionais. No Brasil, esse processo é marcado politicamente e se desenvolve em três fases, que iremos apresentar nesta pesquisa, sendo eles: Colonização, Império, República demarcando o desenvolvimento do Neoliberalismo.

Neste sentido, analisamos a história da escola no Brasil desde a colonização seguindo o processo de transformação até os dias atuais, influenciado pelos interesses de mercado, de promover uma educação para o trabalhador e outra para a elite, não esquecendo também das intervenções externas.

Alexandre Shigunov constata que a maior característica da educação brasileira é da não continuidade destas propostas ao longo da história, o que gera um tardio desenvolvimento na área, isto acontece desde a colonização e permanece atualmente com as mudanças de governos a cada ano.

Nos dias atuais estamos vivendo a chamada crise da escola, caracterizada pela perda da autonomia dos professores e de seu planejamento e avaliação, a falta de estrutura e recursos necessários, salas de aulas superlotadas; professores desmotivados e esgotados, capacitação que não acompanha a necessidade de seus alunos, a desintegração da equipe pedagógica, enfim, muitos são os desafios para o professor atual. Diante dessas circunstâncias, enquanto professores em formação, devemos refletir sobre o que aprendemos na academia e o que iremos encontrar na prática, por isso é importante questionar como reagir a estes conflitos que interferem diretamente na sala de aula, será que é possível fazer uma educação que dê sentido para a vida dos alunos? De que forma? Para isso é necessário pensar sobre a crise, e ressignificar o sentido da escola. O artigo da Educação em Revista (Sobre a história e a teoria

da forma escolar , 2001)¹entende que “[...] o que está em jogo no que se chama a crise da escola é, talvez principalmente, o futuro da democracia.”

Sem empodeirar a educação como solução para todos os problemas, essa frase nos mostra o quanto a educação está ligada a vida política, social e econômica da sociedade, sendo capaz de modificar o espaço em que vivemos para o bem ou para o mal. Desta forma torna-se imprescindível o estudo deste tema, para compreender esta realidade negativa que traz consigo a perda da identidade da escola, e um debate sobre seu sentido dentro da estrutura social política e econômica vigente.

Este tema é amplo e complexo, porém, esta pesquisa busca compreender os desafios do professor mergulhado nos conflitos da escola, e deter-se apenas ao trabalho docente.

1.1 Colônia

O Brasil foi uma descoberta portuguesa, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico da Coroa de Portugal. Somente após cinquenta anos de seu descobrimento, de 1549 a 1822, é que começou o processo de colonização e catequização dos índios pelos jesuítas. O objetivo inicial era a exploração devido às muitas riquezas encontradas, mas, após a vinda da família real em 1808 houve grande progresso. Shigunov (2015) atenta que a Coroa portuguesa foi obrigada a planejar e organizar o povoamento das terras brasileiras, pois se preocupava com os constantes ataques em busca de pau-brasil e o crescente enfraquecimento com as rotas comerciais das Índias.

A educação no Brasil começou pelos jesuítas a critério da Companhia de Jesus, e tinha por objetivo propagar a fé católica e transformar os índios em homens gentis e trabalhadores civilizados, para isso foi necessário alfabetizá-los. O foco do trabalho eram as crianças, pois não tinham conceitos e costumes formados. A proposta jesuítica foi tão bem organizada que em pouco tempo a Companhia de Jesus se tornou responsável pela administração de todo o sistema educacional desde o ensino primário até o ensino superior. Em Portugal e também nas colônias, os filhos dos colonos e toda burguesia tinham uma educação continuada e diferenciada da formação dos índios que era apenas voltada para o trabalho. Os jesuítas construíram várias escolas em todo o território brasileiro, e seguiam as ordens do Ratio Studiorum, documento que organizava o plano de estudos com o intuito de formar padres e converter os homens a um espírito gentil e submisso, atendendo as necessidades da coroa

¹ EDUCAÇÃO EM REVISTA, 2001 , Belo Horizonte, nº33, jun/2001, p. 12

portuguesa. A Igreja e Estado tinham ligação direta e ambos correspondiam a interesses mútuos da época.

Seu papel na sociedade portuguesa da época foi fundamental, pois cabia a eles propiciar as condições necessárias pra educar os grupos sociais menos favorecidos da população. Dessa forma, sua obra tornava-se uma atividade de caridade. Portanto, o ensino jesuítico, no início de suas atividades, não era um ensino para todos e sim para uma pequena parcela da população, pois destinava-se exclusivamente a ensinar os ‘ignorantes’ a ler e escrever. (Neto, 2015)

Como diz Shigunov, o objetivo do “Projeto Educacional Jesuítico” não era apenas catequizar os índios, mas fazer uma transformação social, mudando completamente a cultura indígena brasileira.

Este sistema perdurou por 210 anos, quando começaram os questionamentos em todo o mundo sobre a racionalidade para uma educação laica. Marquês de Pombal, ministro de Portugal, reformou todo o sistema educacional, tirando o poder da igreja e dando ao Estado a incumbência de educar, fechou escolas jesuíticas e instaurou aulas régias.

O autor entende que a expulsão dos jesuítas foi ocasionada por motivos ideológicos e políticos, a Companhia de Jesus além de obter um poder econômico desejado pela Coroa, impedia os interesses de um Estado Moderno, influenciado pelos princípios liberais e o movimento iluminista requeria um homem burguês, comerciante e não mais cristão.

1.2 Império

O período de 1822 a 1889 é conhecido como imperialista, e foi regido por Dom Pedro I e seu filho, marcado por muitos conflitos, rebeliões e transformações na sociedade brasileira. O Primeiro Reinado (1822-1831) teve como principais características a criação de um estado independente e não mais colônia portuguesa, construção da assembleia constituinte e de leis gerais e da educação; já a partir do Segundo Reinado foi início do trabalho assalariado, transformação nos meios de produção pela Revolução Industrial e o capitalismo, e a queda do império.

Na área da educação, foi proposta através da constituição a instrução pública gratuita para todos os níveis de ensino a toda população brasileira, e a liberdade de ensino para instituições particulares como incentivo. Ao longo de todo império ocorreram várias reformulações da educação, que visavam a melhoria das condições escolares, a capacitação

dos professores, a obrigatoriedade do ensino primário, a grade curricular de cada segmento. O Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte foi a primeira proposta formal de organização escolar no Império. Outra conquista ao final do império foi a criação de escolas mistas, possibilitando tanto homens e mulheres a frequentarem a mesma escola.

É notável neste primeiro momento de desenvolvimento da educação a utilização do método Lancaster no ensino, sendo permitido outro método desde que aceito pelo Conselho. A maior parte dos alunos era da classe média e alta da população, sendo excluídos os mais pobres, apesar de constar na primeira lei como gratuita a todos.

Grandes eram os problemas encontrados para se construir uma educação adequada, dentre eles a falta de recursos para manter as escolas secundárias resultando dessa forma na impossibilidade da concretude dos direitos estabelecidos em lei, acerca da gratuidade de todos os níveis, sendo na prática apenas a educação primária gratuita, e as demais funcionavam a rigor particular ou através de exame de admissão para a entrada no Colégio Pedro II, que era referencia no ensino secundário. Shigunov (2015, p.89) destaca alguns problemas encontrados para se oferecer uma educação de qualidade, são eles: *“a falta de professores qualificados para exercerem suas funções; a dispersão da população; o número insuficiente de escolas capazes de atender a demanda escolar; o descontentamento dos professores com os salários; a falta de incentivo dos pais para que seus filhos frequentassem regularmente as escolas.”*

Após a Revolução Industrial, o desenvolvimento da ciência, das tecnologias da comunicação, e a consolidação do capitalismo como nova forma de produção, resultaram em mudanças também na área educacional. Esta agora, se tornou necessária as necessidades de capacitação e formação de um novo homem que correspondam as necessidades do mercado.

Assim, a partir de 1870, o processo de modernização chegou ao Brasil e gerou profundas transformações políticas, econômicas e sociais, dentre elas a queda do Império e a ascensão da república, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre assalariado, a grande urbanização e industrialização que começava a exigir também um novo homem. Em 1880 surgem as primeiras indústrias no Brasil.

1.3 República

A partir da Proclamação da República em 1889, iniciou o período presidencialista como forma de governo. Este período pode ser dividido em quatro etapas, que representam o avanço político-econômico da sociedade brasileira.

1.3.1 *República Velha (1889-1929)*

Para iniciar o período republicano no país foi instaurado o Governo Provisório, com o intuito de construir um Estado Democrático. Este momento foi marcado por muitas transformações que instituíram transição do mercado agrário para a industrialização, grande urbanização, substituição do trabalho escravo pelo assalariado, inserção e crescimento no âmbito econômico internacional entre outros.

A economia brasileira era baseada na agricultura, na borracha e principalmente no café como produto nacional, por isso com a substituição da mão de obra escrava pela assalariada dos imigrantes europeus todos os setores da sociedade foram também modificados. Os empresários rurais detinham o poder político e econômico da época.

Surge a ideia de educação pública administrada pelo Estado – a laicidade, escolas públicas foram construídas para atender a população. Esta ideia, porém, não trouxe consigo a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, na verdade, possibilitou através de facilidades, o crescimento do ensino privado, dessa forma, revela-se a omissão do Estado desde o início em possibilitar educação a todos.

No Império não havia preocupação com a educação profissional, pois ainda se utilizava mão de obra escrava, mas após a abolição da escravatura, e a mudança de regime político-econômico, a educação passou a ser vista como instrumento de reforma política. Uma das preocupações era garantir a expansão dos votos a todos os brasileiros alfabetizados. Por isso, esse período foi marcado por muita preocupação com a educação, discussões e propostas de reformas.

Shigunov (2015, p.106) revela que “o processo de consolidação da organização escolar brasileira não pode ser compreendido enquanto fato isolado, pois esteve vinculado, principalmente a partir da década de 1920, ao processo de urbanização e a uma incipiente industrialização no país.”

Para corresponder a esta crescente industrialização que exigia mão de obra qualificada, o ensino secundário foi reformado inúmeras vezes aprimorando-se frente às novas exigências e mudanças do mercado, criaram as escolas de Aprendizizes Artífices e o Conselho Superior de Ensino que depois viria se tornar o Ministério da Educação. Apesar dessas propostas a educação primária e superior foram esquecidas neste primeiro momento, e lembradas a partir de 1930. Ainda segundo o autor, as mudanças ocorridas na educação nesse período foram “a quebra oficial do monopólio do Governo Federal sobre o ensino superior; a

influência direta e mais ativa do poder central no ensino primário e secundário, por meio da equiparação e fiscalização; e a imposição de um padrão uniforme de organização pedagógica a todos os estabelecimentos de ensino, tanto públicos como particulares” (SHIGUNOV, 2015, p.113).

Nesse enredo republicano surgiram muitos outros assuntos importantes e polêmicos como a Política do Café com leite que dava soberania nas decisões políticas aos Estados de São Paulo e Minas, a Primeira Guerra Mundial que afetou economicamente todo o mundo, o Êxodo Rural provocando profundas mudanças nos centros urbanos, assim como na cultura e na vida social e educacional. A partir de 1920, várias crises econômicas afetaram a sociedade brasileira e geraram instabilidades na política e educação, despertando reivindicações e greves de grupos por melhorias na política – os anarquistas, socialistas, comunistas, etc. A educação surge como grave problema, pois é requerida pela população, o governo federal passou então a se preocupar com a inserção dos operários na sociedade.

1.3.2 - Era Vargas (1930-1944)

O governo Federal buscava dar autonomia e liberdade ao ensino para que houvesse desenvolvimento eximindo-se da obrigação de oferecê-la, agindo apenas como agente normatizador e fiscalizador.

A Primeira República foi o primeiro momento de construção da educação que saía do Império com muitos problemas e poucos avanços, sendo a maior parte da população ainda analfabeta, condições precárias e excludentes. A partir de 20, a preocupação com a educação traz elementos de expansão e democratização do ensino, com duas proposições:

“Portanto, no período correspondente à Primeira República, a educação nacional teve duas funções idênticas com o intuito de obter resultados distintos: inicialmente, destina-se à formação do cidadão nacional (com direitos políticos) para: posteriormente, destinar-se à formação do trabalhador nacional.” (SHIGUNOV, 2015, p 136).

A crise de 1929 foi desastrosa, trouxe desemprego, inflação, e insatisfações que culminou no fim da primeira república. Com a vitória de Getúlio Vargas em 1930, aliado aos burgueses, uma nova fase se instaura no ensino técnico-profissional e industrial, através do “programa de reconstrução nacional”. Criou ministérios e Consolidou o modelo econômico urbano-industrial.

O ano de 1930 foi o ano conhecido como do otimismo pedagógico, pois os grupos acreditavam que suas preposições educacionais trariam o tão sonhado desenvolvimento que os países desenvolvidos tinham.

Marcado pelas discussões sobre a Escola pública e laica e o ensino religioso, divergem-se em duas vertentes, de um lado os “católicos” e de outro os liberais chamados de “Pioneiros da Escola Nova”, educadores profissionais e influentes da época que construíram um Manifesto contra a escola tradicional. O movimento da Escola Nova buscou trazer igualdade no ensino, prioriza as experiências do aluno transformando-o em agente ativo no processo de ensino-aprendizagem. Este movimento trouxe muitos avanços para entender quais os fins da educação que estão até hoje engendrados, porém, baseada na ideia de responsabilidade do indivíduo sobre sua própria ascensão social, aumenta-se a exclusão da classe pobre. Com a transformação do Estado Máximo para o Estado Mínimo, que repassa as instituições sociais, principalmente a escola a tarefa de resolver o problema do atraso nacional, a escola responsabiliza-se em diminuir as desigualdades sociais, romper com o antigo regime e acabar com a ignorância, porém isso se agrava a cada dia mais.

Shigunov (2015, p.150) constata que “ao mesmo tempo que tenta romper com o antigo modelo de sociedade, também reproduz esse modelo. Consciente ou inconscientemente, ela é reprodutora da antiga ordem. Portanto, para os educadores da Escola Nova, a escola é o retrato da sociedade a que serve.”

Crescia a insatisfação da população por melhores condições de vida, reivindicando justiça social, melhor distribuição de renda e diminuição das desigualdades. Nessa época o país enfrentava grandes transformações, grande crescimento da população, crescimento urbano desordenado, pela imigração e pelo processo de urbanização. Então em 1934 foi outorgada uma nova Constituição Federal, considerada uma das mais completas constituições federais nacionais, pois com 187 artigos, divididos em seis capítulos, continha normas referentes à economia, a família, a educação, cultura, e ao social, dos funcionários públicos e da segurança nacional. A carta Constitucional de 1934 foi um marco no desenvolvimento da garantia dos direitos trabalhistas e educacionais.

E passa a garantir em relação ao trabalho: o reconhecimento dos sindicatos e associações; a proibição das diferenças de trabalho para uma mesma função, por motivos de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil; a criação do salário mínimo, a regulamentação do trabalho diário de no máximo oito horas; a proibição do trabalho de menores; repouso semanal, aos domingos; férias anuais remuneradas; indenização do trabalhador dispensado

sem justa causa; assistência médica e sanitária ao trabalhador e a gestante entre outras medidas.

Em relação à educação, o capítulo II com 11 artigos prevê o direito a educação, a criação de um plano nacional e a implantação de um sistema nacional de educação. É a partir dessa norma que se busca organizar o ensino, atribuindo a União à competência para traçar as diretrizes da educação nacional, contribuindo em muito para a situação administrativa da educação brasileira atual.

Em 1937, instaurou o Estado Novo com regime político autoritário, marcado pela violência policial e censura da imprensa, que fechou os partidos políticos e modificou a Constituição novamente. O golpe liderado por Getúlio Vargas apoiado pelos militares, pelos grupos dominantes e parcialmente os trabalhadores, impediam reações de grupos políticos oposicionistas que eram presos ou exilados e os sindicatos submetidos aos interesses do Estado. Devido à necessidade de ganhar força e legitimidade, acrescenta-se a constituição aspectos autoritários, apesar de manter-se igual a carta de 1934, nas questões educacionais, alguns temas foram acrescentados como o ensino industrial citado pela primeira vez como prioridade para preparar o homem para o exercício do trabalho, instituindo a cooperação entre indústria e Estado; a obrigatoriedade da educação física, moral e cívica e a instrução pré-militar nas escolas. Na constituição a educação passa a ser como instrumento ideológico do Estado, e o trabalhador deveria ser adestrado. Em 1940 através da regulamentação, os cursos profissionais passam a funcionar pela primeira vez, em conjunto Ministério da Educação e do Trabalho.

Nesse período foi criado as Leis Orgânicas do Ensino(1942-1946) que representou um grande avanço na educação, pois proporcionou por meio da lei a organização de todo os níveis de ensino, a preparação profissional dos trabalhadores da indústria, do transporte, da comunicação e da pesca, procurando suprir as necessidades das indústrias com profissionais capacitados. A criação do SENAI também contribuiu para o desenvolvimento do ensino técnico no Brasil.

Para abafar e dar fim as greves que cresciam a cada dia, e que começava a preocupar a burguesia industrial, Getúlio Vargas aprovou a 1º Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que regulamenta as relações individuais e coletivas de trabalho, proporcionando alguns direitos exigidos pelos trabalhadores como o estabelecimento da jornada de oito horas, o salário mínimo, férias entre outras coisas.

Com o aumento da inflação e grande instabilidade política, após o fim da Segunda Guerra Mundial, resultaram na saída de Getúlio Vargas da presidência em 1945.

1.3.3 - República Populista

A partir de 1945 em diante as Leis trabalhistas passaram a vigorar, elevou-se os salários, houve aumento nos custos de produção e queda nas taxas de lucros, aumentando assim os preços, a inflação e o custo de vida.

Inicia o momento de grande influencia dos EUA por meio de acordos, no ano seguinte o Brasil assinou uma proposta de treinamento dos professores brasileiros para o ensino industrial através de intercâmbio, para isso foi criado a Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI).

Em 1946 a Constituição foi reformada, pois a anterior de caráter autoritário não era mais adequada ao Brasil e precisava ser substituída. Nela destaca-se na parte da educação os princípios de liberdade e solidariedade no ensino, como mostra em seu “Artigo 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.” Ela marca a volta do pensamento liberal, e cita pela primeira vez a expressão “diretrizes e bases da educação”, prevê a criação de institutos de pesquisa junto as universidades e transforma Divisões de Ensino em Diretorias de Ensino subordinadas ao Ministério da Educação.

Em 1947 foi formada uma Comissão de educadores para preparar m projeto educacional, inicia-se então a formulação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que só foi aprovada em 1961, foram treze anos de debate até sua aprovação. Um dos temas em destaque era o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e reforçou o direito a educação e o dever do Estado em garantir condições, como em seu artigo terceiro.

Art. 3º O direito à educação é assegurado:

I - pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma de lei em vigor;

II - pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobriguem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.

Organizada em 120 artigos, essa foi a primeira legislação criada somente para regularizar o sistema de ensino do país tratando de aspectos como regulamentação de conselhos estaduais de educação, formação mínima exigida para professores e ensino religioso facultativo. Um dos artigos previa igualdade de direitos das instituições de ensino

público e privado, incluindo participações de seus representantes nos conselhos estaduais de educação. A LDB reordenou o ensino secundário e as modalidades de formação profissional.

Com a lei N°4.024/61 verifica-se uma nova etapa da educação nacional: é o surgimento, ainda que incipiente, das futuras propostas educacionais neoliberais, marcadas principalmente pela preocupação da melhoria da qualidade e dos índices de produtividade do ensino em relação aos custos. São princípios novos que, até então, não estavam definidos formalmente em lei, apesar de estarem presentes nas discussões sobre a necessidade de expansão e democratização da educação nacional (SHIGUNOV, 2015, P.184)

Grandes exigências da burguesia industrial impulsionaram o Estado a criar empresas estatais como a Eletrobrás, Vale do Rio Doce, Petrobras entre outras, além de um sistema de planejamento econômico do Estado e a criação de Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e Amazônia.

Esse período foi marcado por várias tentativas de golpe militar.

Em 1950 a grande modernização transforma os setores político, econômico, social e cultural da sociedade brasileira. Criação da indústria de bens de consumo duráveis. Em 1954 Juscelino Kubitschek assume a presidência e executa o Plano de Metas, que visa o desenvolvimento industrial ambicioso, expandindo o sistema industrial e a construção de Brasília. Também se referem a educação com 30 objetivos, visando a qualidade da capacitação para o mercado industrial.

Também cresce a fundação de indústrias automobilísticas, e de empresas multinacionais, assim como, das taxas de lucros das indústrias que não foram repassadas aos trabalhadores gerando desagrado a classe trabalhadora.

1.4 - Governos Militares

No ano de 1964 os militares assumiram o poder com o presidente Castelo Branco e instauraram a ditadura como forma de governo, converteram mudanças sociais, econômicas e educacionais, implementaram o Programa de Ação Econômica do Governo(PAEG)para recuperar a economia, reduziram o salário dos trabalhadores, e várias outras perdas trabalhistas. Repressões legais e violentas para quem representasse perigo e oposição ao regime militar. Aumento da intervenção americana na organização e treinamento educacional. Constituição de 1967 cita no artigo 176 a idade mínima e máxima para os alunos que frequentam o ensino primário.

As ações do governo federal nesse período mostram a importância da educação, a criação do FNDE, PRENEM, a reforma universitária, formulação das Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus, desdobramento do ensino médio em três modalidades: técnico (voltado para o ensino industrial, comercial e agrícola), normal (formação do magistério) e o secundário como preparação para o ensino superior.

Sobre a mudança na estrutura e duração dos segmentos de ensino Shigunov (2015, p.201) afirma que “pela regulamentação da Lei Nº 5.692/71 verifica-se o seu caráter eminentemente profissionalizante, preocupado com a iniciação para o trabalho, no ensino de 1º e 2º graus. Portanto, o ensino de 2º grau visa formar, quase exclusivamente, mão de obra para atender às necessidades do mercado de trabalho”.

O fim do regime militar favoreceu a volta da democracia e as mudanças na LDB/71, pois não correspondiam aos interesses dessa nova sociedade.

Por fim, a reformulação da educação e constituição de 1988, e nova LDB/96.

1.5 – Predomínio Neoliberal e Brasil Atual

O neoliberalismo é uma redefinição do liberalismo clássico que propõe um conjunto de ideias econômicas e políticas capitalistas. Dois princípios são importantes: a liberdade individual e o mercado econômico livre, a partir desses, a política neoliberal veicula ideias que são consideradas como a única solução para a crise do Bem-Estar-Social que afetava todo o mundo, permanecendo esta concepção ainda hoje.

Recebendo igualdade de direitos, que não significa igualdade de oportunidades, cada indivíduo segundo suas capacidades e seu investimento irá alcançar e receber sua recompensa, sendo limitada a intervenção do Poder Público na Economia, e demais esferas da sociedade. Dessa forma, o Estado se ausenta da obrigação de oferecer os direitos sociais, pois, segundo a premissa neoliberal estaria beneficiando apenas alguns em relação a outros, causando injustiça, infringindo a liberdade dos indivíduos de optarem, apenas para os indivíduos que não conseguem uma renda mínima para sustentar-se e também a sua família.

O período neoliberal começa no século XIX e se consolida no século XX, é marcado por inflação descontrolada, concentração de renda, programas e privatizações, agravamento do trabalho informal, cassações e plesbício (1992) e a desvalorização do Real. No Brasil, a partir da crise dos anos 70, especificamente no governo de Fernando Collor de Mello se inicia

esse processo, e posteriormente com programas e a privatização na administração de Fernando Henrique.

O Projeto Hegemônico Neoliberal e a Teoria do Capital Humano foram se expandindo pelos países desenvolvidos, a partir de 1970, pois encontrou ambiente propício com a crise do modelo de acumulação fordista e o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social.

Shigunov (2015, p.243) afirma que :

Os motivos que proporcionaram que as propostas neoliberais surgissem com força total e se difundissem como a única possível solução para que a economia mundial saísse da grave crise que havia se instaurado forma:

- A crise dos anos de 1970;
- A incapacidade do Estado de Bem-Estar social em resolver os graves problemas econômicos gerados pela crise dos anos 1970;
- A consagração de Frederick Hayek e Milton Friedman, que receberam, respectivamente em 1974 e 1976, o Prêmio Nobel de Economia.

Ludwig von Mises, Milton Friedman e Frederick August von Hayek são os principais responsáveis pelo renascimento do pensamento liberal e propagação da ideologia neoliberal. O liberalismo surgiu na intenção de combater os interesses socialistas que tinham força na época, a crítica maior era em relação à intervenção do Estado na economia, segundo os liberais essa intervenção é prejudicial ao desenvolvimento do país, além de ferir a liberdade individual. A um grande destaque para a globalização e privatização de empresas estatais, e a livre circulação de capitais internacionais entre outras medidas. Para a teoria neoliberal a educação tem papel crucial no desenvolvimento da nação, porque prepara para o mercado de trabalho e também transmite as ideias neoliberais. O pensamento liberal preconiza a igualdade entre os homens perante a lei e liberdade individual, baseado na cooperação dos indivíduos e na propriedade privada, impulsionando a prosperidade do Estado, dessa forma, os indivíduos são responsabilizados em cooperar para uma sociedade mais produtiva, e são vistos como consumidores, sendo a sociedade como um grande comércio. Gaudêncio Frigotto afirma que na perspectiva capitalista a função social da educação está subordinada as demandas do capital, pois independente dos diferentes grupos sociais a educação deve habilitá-los técnica, social e ideologicamente. Assim, percebe-se conceitos empresariais sendo inseridos na educação como da Qualidade Total e a Teoria do Capital Humano.

A Qualidade Total é um conceito empresarial que foi adotado a educação para estipular medidas que transforme a escola numa empresa produtiva, sendo os problemas

educacionais vistos como administrativos e técnicos. A proposta traz mudanças implementando instrumentos de regulação da eficiência, da produtividade e da eficácia, “pois todos os problemas devem-se a falta de qualidade.” Esta falsa ilusão da eficiência traz inúmeras consequências: perda da autonomia docente onde o professor perde a função de organizar e efetivar o processo de ensino; intensificação e exploração do trabalho docente e com isso aumento de doenças na profissão como o stress, o aluno deixa de ser sujeito e passa a ser visto como mercadoria, a criação de pacotes de conteúdos e métodos que visam somente um adestramento instrumental e que convém ao capital, a redução dos investimentos públicos em educação, a inserção de projetos empresariais dentro das escolas, estimulação da competição na categoria através das avaliações docentes ligadas ao mérito e a gratificação salarial, conseqüentemente desestimulando o trabalho coletivo da equipe escolar.

Segundo Shigunov (2015, p.262) não é possível traçar parâmetros de análise entre organizações com fins lucrativos e as organizações sem fins lucrativos, pois tem objetivos diferentes. A escola não pode ser comparada a uma empresa pois seu objetivo não é a obtenção do lucro e os resultados a serem alcançados que é a formação do homem e do trabalhador são de longo prazo.

A Teoria do Capital Humano é a ideia de investimento na educação do trabalhador, considerado capital humano, para se obter mais produtividade deste. Dessa forma, com a aquisição de novos conhecimentos, habilidades e aptidões se refletirá em maiores lucros, além de promover o desenvolvimento individual e da nação. A partir dos anos 60 e 70, a educação passa a ser vista como fator econômico e destinada a preparar capital humano para atender as necessidades da produção.

Gaudêncio Frigotto (2010, p.253) e outros autores afirmam que não há como mensurar objetivamente a contribuição da educação para o desenvolvimento econômico, o que isso acarreta é a adequação da educação aos interesses e exigências do mercado de trabalho. Além de que a educação e o trabalho não podem ser reduzidos apenas fatores, porque são concebidas como práticas sociais, são atividades humanas e históricas que se definem no conjunto das relações sociais, sendo o homem o sujeito dos processos educativos. A qualificação humana diz respeito ao desenvolvimento das condições física, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano, condições omnilaterais, capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano está, portanto, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e quando isso ocorre, agride-se a própria condição humana. (2010, p.34)

Diante dessas propostas e dessa realidade política, econômica que geram tanta exclusão social e profissional, devemos nos perguntar como essas políticas educacionais assistencialistas estão presentes na educação nacional?

2 OS CONFLITOS NA ESCOLA

A análise da história de formação da sociedade brasileira mostra que os conflitos sempre estiveram presentes na Educação, na Economia e principalmente na Política, assim como afirma Frigotto (2010) são as mesmas questões sobre novos contornos da sociedade capitalista, que marcam não só um confronto de ideologias da economia, mas também um processo contraditório na relação entre o desenvolvimento de formação humana e o sistema de produção.

Assim podemos perceber como as três áreas estão atreladas e caminham juntas, por isso, a educação no Brasil sempre foi inconstante devido às instabilidades da economia e os processos de industrialização e urbanização precários. As reformas educacionais tentam preencher as lacunas que ao longo do tempo foram aumentando. Sistemas de avaliações foram criados pelo MEC a fim de medir, quantificar e padronizar a qualidade da educação nas escolas do Brasil. Mas o resultado continua não sendo satisfatório, apesar da melhoria na infraestrutura, e os documentos que organizam o funcionamento, tem se aumentado cada dia mais o número de crianças que não sabem ler e escrever, e entender o que leem.

A educação passou a ser verificada por Sistemas de Avaliações que foram criados pelo MEC a fim de medir, quantificar e padronizar a qualidade do ensino nas escolas do Brasil. Mas o resultado continua não sendo satisfatório, apesar da melhoria na infraestrutura, e a implementação dos documentos que organizam o funcionamento, tem se aumentado cada dia mais o número de crianças que não sabem ler e escrever, e entender o que leem, além também da evasão escolar. Segundo o Jornal O Globo de março desse ano (2016), de 64 países avaliados, o Brasil ficou entre os dez piores em educação com baixo rendimento, isto se deu pelo baixo índice em matemática, leitura e ciências. A grande influência Organizações internacionais como a ONU, e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Ocde) também recolhem dados de educação dos países e montam um ranking classificando o desempenho escolar. No portal do MEC define-se o objetivo de cada um dos projetos criados, e analisa a situação das escolas do Brasil.

O Ideb considera dois fatores que interferem na qualidade da educação: o rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono) e as médias de desempenho. As taxas de rendimento são medidas pelo Censo Escolar da Educação Básica. E as médias são

medidas pelo Saeb e pela Prova Brasil, avaliações feitas pelo Inep para diagnosticar a qualidade dos sistemas educacionais.¹

Estes dados quantificam o ensino do Rio de Janeiro, determinando o índice de “aprendizado adequado” aos alunos que estão no nível de proficiente e avançado, que equivale na escala qualitativa entre 0 a 250 pontos, nos dados registrados em 2013, mostra uma grande dificuldade dos alunos em alcançar à média, pois ele é diminuído a cada etapa do ensino.

O objetivo norteador de melhoria da qualidade na educação é alcançar o índice de qualidade dos países desenvolvidos, para isso, o Plano Nacional de Educação (PNE), foi criado em 2010 como política educacional que deve ser alcançada pelo governo brasileiro até 2022. É um documento com 10 diretrizes e 20 metas que visam melhorias e o acesso à Educação Básica, o Ensino Técnico e Superior de qualidade, formação e plano de carreira para os docentes, e gestão e financiamento da educação no país. Existem muitos pontos polêmicos, assim como positivos. Gaudêncio (2010, p.265) afirma que este sistema que manifesta grande preocupação das propostas educacionais neoliberais por números, dados estatísticos e quantificáveis, é incoerente e contradiz-se com o próprio princípio da qualidade, pois quantidade não significa qualidade.

No âmbito educacional, esse processo de redemocratização implicou em graves problemas para a população, que necessitava dos serviços públicos, inclusive com a perda da qualidade dos serviços prestados, pois, ao mesmo tempo em que as políticas educacionais neoliberais proporcionavam um aumento dos serviços oferecidos à população, aumento com isso o acesso à educação à população mais carente, até então, fora do sistema escolar, não se investiam os recursos necessários para melhorar os serviços prestados. Portanto, cria-se um desequilíbrio entre quantidade das vagas ofertadas e a capacidade estrutural do sistema escolar público. Em última instância isso será refletido na queda dos índices de qualidade e produtividade da escola pública. (SHIGUNOV, 2015, p.263)

Shigunov declara que os problemas da educação são vistos como gerenciais¹ e não pedagógicos, desta forma, se prioriza as reformas administrativas, que não influenciam diretamente no bom aprendizado.

¹ (Índice mede qualidade do sistema educacional, 2009) Acesso em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=8065:indice-mede-qualidade-do-sistema-educacional>

Sustenta-se ainda hoje uma cultura que esconde os problemas, reduzindo-os e não os eliminando, mesmo isso sendo evidente na sociedade mergulhada no capitalismo, que gera tanta desigualdade e exclusão. (FRIGOTTO, 2010, p.39)

Isso acontece também na educação, as propostas de melhoria apontadas pelo Banco Mundial, e que seguem a ideologia neoliberal ao mesmo tempo em que trazem a ampliação do ensino, produzem desigualdade e má qualidade, pois privatizam e o tornam mercantilista.

Shigunov (2015, p.259) define que o Projeto Neoliberal “é um projeto político, econômico e social de caráter hegemônico que está fundamentado na subordinação da sociedade ao mercado livre e a não intervenção do Poder Público, sendo o mercado livre responsável pela preservação da ordem social.”

As escolas recebem esse treinamento e o próprio trabalhador é incentivado a investir em si próprio. “Ou seja, o trabalhador, ao investir em si, torna-se um capitalista, pois passará a ter a liberdade para vender a quem desejar sua força de trabalho.” (SHIGUNOV, 2015, p. 256)

Para cumprir a premissa de melhorar a qualidade na educação, seria necessário uma reforma administrativa que visa a transposição das ideias empresariais de Qualidade Total, sendo estas, a privatização das escolas públicas com a inserção de projetos empresariais dentro da escola, como por exemplo, o Programa Avança Brasil, Amigos da Escola, patrocinado pela rede Globo de televisão juntamente com o Projeto Brasil 500 anos entre outros. A formação profissionalizante como prioritária, a centralização do controle e fiscalização das avaliações, livros didáticos, currículos, programas, conteúdos e cursos de formação, a dualidade na LDB, que se mostram preocupados com as questões sociais inserindo temas transversais e intelectuais progressistas e em outro momento isentam o Estado de prover melhorias, utilizando uma linguagem neoliberal.

“Esta é a crise que vive a escola, mas não só a escola, pois a crise é da sociedade onde está a escola. A nós, cabe pensá-la e interferir no que se refere às questões do campo educacional, no qual somos os profissionais reconhecidos e dos quais se espera terem o que dizer e fazer. E este pensar e recriar a escola não pode acontecer de fora da escola, imposto de cima e de fora. Ele se dá, quando se dá, em seu cotidiano, nas ações dos sujeitos que nela interagem em sua busca de atualização da promessa de mudar a vida trazida desde a revolução francesa, promessa jamais cumprida para os deserdados da terra, a quem se refere Fanon (1961), e que vão sendo abandonados na África e na América Latina pelas ‘elites dirigentes’ destes

¹ SHIGUNOV, 2015, p.262

continentes, ajudadas pela ação do FMI e do Banco Mundial, que impõe ao mundo uma forma perversa de ver o mundo.” (ALVES; GARCIA, 2000, p.18)

Diante de todas essas propostas a escola recebe a incumbência de promover o desenvolvimento da nação e tem sido responsabilizada pelo fracasso deste. O fracasso escolar é conhecido como o resultado das propostas de ensino interagindo com assimilação do aprendizado dos alunos, que são interferidos pelo modelo, avaliação e o contexto escolar e também familiar. Este falha culpabiliza muitas vezes o aluno, o professor ou os governantes, mas o mais importante é encontrar quais as possíveis soluções para este.

No conceito dos alunos a escola se tornou um lugar chato e afirma Rubem Alves ser essa a causa principal do desinteresse destes, a razão provém da perspectiva capitalista que não leva em consideração as crianças como “ sujeitos da aprendizagem” , mas estão preocupados com a administração. O erro maior está em ensinar coisas que os alunos nunca vão usar, e mais do que isso, estão longe da realidade deles. Esta desconectividade no cotidiano dos alunos não os prepara para a vida mas para as provas.

“Independente ou não da escola, os seres humanos acumulam conhecimento” diz Gaudêncio (p.189) A realidade na sua dimensão social, física, cultural, estética, valorativa é o espaço onde os sujeitos humanos produzem seu conhecimento, uma realidade particular e singular, é a partir desta realidade que se pode definir o sujeito do conhecimento, métodos , as formas de desenvolvimento que devem ser democráticas e universalistas, que promovem a equalização das condições necessárias a emancipação humana.

Estes são os conflitos que transpassam a escola, em que somente o professor tem a fala, e muitos alunos com dificuldades para entender os conteúdos fragmentados, memorizam para a prova, mas não entendem o verdadeiro significado do ensino. Qual o sentido dessa escola que não contextualiza os assuntos atuais com os temas científicos? Que não explica os por quês. E como o professor deve reagir a isso? Ao professor cabe apenas a função de passar conteúdos aos seus alunos? Isso não funciona mais como diz Rubem Alves, e através das perspectivas deste autor e de Paulo Freire podemos conhecer um novo sentido da escola.

Por fim, é visto que o Brasil enfrentou grandes dificuldades econômica, sociais e a instabilidade política geraram uma educação enfraquecida, que está presa a uma educação de mercado e controlada pelos sistemas que esquadriham a instituição e a culpabilizam pelo próprio fracasso. Estes impasses denunciam a crise da escola e exige uma reflexão dos professores em formação a respeito de seu papel, assim como diz Paulo Freire (2013) é “impossível se manter neutro, seria impossível ser professor e não ter um posicionamento

político, pois ao professor cabe a arte de pensar e formar indivíduos pensantes, críticos e libertos”. Esta pesquisa é uma tentativa de constatar a realidade para poder então intervir da melhor maneira.

3 PERSPECTIVAS POSITIVAS

Gaudêncio Frigotto já nos afirma que não devemos esperar um futuro melhor, mas é preciso lutar hoje, no cotidiano escolar para ir estabelecendo possibilidades. Acreditar que este espaço de desenvolvimento da aprendizagem é o melhor lugar para exercer a democracia e não a exclusão, de debater e construir reflexões. Este trabalho se revela cada dia mais como um processo, em que as relações sociais são construídas. (FILHO, 2000)

Sendo a escola o lugar sujeitos históricos, culturais, sociais, que são complexos e se transformam num dado tempo/espaço. É preciso observar a realidade cotidiana da escola, que se modifica todos os dias.

As autoras Nilda Alves e Regina Leite Garcia (2000), destacam a necessidade de reflexão sobre a prática e o sentido do espaço educativo, no trecho que diz que “é preciso compreender a complexidade da Escola para melhor atuarmos e influirmos naquilo que nela acontece – o processo pedagógico”.

Por isso neste terceiro capítulo foi analisado a perspectiva de escola dos autores Rubem Alves em seu livro “A Educação dos Sentidos” e Paulo Freire “Pedagogia da Autonomia”.

Na intenção de descobrir qual o papel da escola e do professor nesse contexto social-econômico e político de capitalismo e mercantilização da educação. Estes autores consagrados trazem esperança ao futuro da escola, além de concepções que transformam seu sentido e contribuem para a formação do professor atual.

Sendo apontados ao final, a experiência da Escola da Ponte e também um relato de experiência em uma escola de estágio.

3.1- A Educação dos Sentidos

Rubem Alves resume a tarefa da educação em duas partes, assim como ele descreve poeticamente que todo ser humano tem duas caixas em seu corpo, uma de ferramentas e outra de brinquedos. A caixa de ferramentas representa coisas que temos de aprender pra viver melhor, seja andar , falar e até utilizar objetos, a Caixa de Brinquedos representa a diversão e o prazer da descoberta, aquilo que nos traz alegria. O papel da escola é despertar o interesse em descobrir o que há dentro dessas caixas, como utilizar estes conhecimentos para a vida e pensar sobre eles, construindo novas possibilidades.

Por haver essa dualidade na genética humana, a escola deve desenvolver seu trabalho unindo a razão e a emoção que fazem parte da vida, preparando os indivíduos a viverem em sociedade. Segundo o autor, a escola não pode ser chata, o professor deve trazer um assombramento a criança, o despertamento e a curiosidade. Uma crítica que Rubem Alves faz é justamente em relação aos conteúdos meramente preparados para a prova e que não tem nenhuma serventia para vida, pois são memorizados e esquecidos após as avaliações. É brincando que se aprende, por isso, o professor deve saber brincar e apresentar as brincadeiras, que são as disciplinas: português, matemática e etc. O aluno aprende com muito mais interesse quando há sentimento de prazer envolvido, afeto, e por isso, aprender é amar. “Quando se admira um mestre, o coração dá ordens à inteligência para aprender as coisas que o mestre sabe. Aprendo porque amo, aprendo porque admiro. Sabendo o que ele sabe, eu carrego a sua pasta, como o ‘matafome’, faço amor com ele.” (ALVES, 2005, p.70)

Através de crônicas o professor e escritor revela a escola de seus sonhos, a escola retrógrada, que fugisse dos programas preparados e padronizados, mas que voltasse as origens, contrariando um sistema de ensino que não acompanha a vida real das crianças, onde o conhecimento surge pela dúvida e não é inutilmente imposto por alguém que nunca está com as crianças, ele nasce a partir das necessidades e dos problemas que precisam de solução, foi quando encontrou a Escola da Ponte.

“Pensamos que as coisas a serem aprendidas são aquelas que constam dos programas. Essa é a razão por que os professores devem preparar seus planos de aula. Mas as coisas mais importantes não são ensinadas por meio de aulas bem preparadas. Elas são ensinadas inconscientemente.” (ALVES, 2001)

Para Paulo Freire a educação é uma especificidade humana e exige alguns saberes:

“Especificamente humana, a educação é gnosiológica, é diretiva, por isso política, é artística e moral, serve-se de meios, de técnicas, envolve frustrações, medos, desejos. Exige de mim, como professor, uma competência geral, um saber de natureza e saberes especiais, ligados à minha atividade docente”
(FREIRE, 2013, p.68)

Ele destaca o quanto é importante à reflexão crítica da prática, se forem isoladas, tanto teoria como prática são inconsistentes. Pois ensinar não é transferir conhecimento, mas um

processo que se dá na relação entre professor e aluno. Sendo os dois importantes e ativos nesse movimento.

Distante da Pedagogia tradicional, Paulo Freire constata que o educar produz um efeito instigante na curiosidade do aprendiz, que o faz criador, e aliado à busca pelo conhecimento crítico, o conduz a chamada “curiosidade epistemológica”.

O autor valoriza a chamada “rebelião”, que se refere a um posicionamento crítico do indivíduo, a qualidade de arriscar-se, duvidar, constatar e não ficar subordinado, esta característica subsistiu ao ensino bancário, que tem utilizado a escola como um instrumento ideológico capitalista, impondo uma padronização, porém diante da “rebelião” não se reproduz a política neoliberal.

Paulo Freire (2013, p.18) esclarece os saberes necessários a formação docente, que devem ser conquistados e aprendidos para quem deseja lecionar. Ensinar não é transferir conhecimento, ou puro treinamento, mas é *“formação científica, correção ética, respeito aos outros, coerência, capacidade de viver e de aprender com o diferente, não permitir que o nosso mal-estar pessoal ou a nossa antipatia com relação ao outro nos faça acusá-lo do que não fez, são obrigações a cujo cumprimento devemos humilde, mas perseverantemente nos dedicar”*, e dessa forma não há docência sem discência, na aprendizagem educador e aluno se tornam sujeitos do processo. Ele defende uma educação que suscite autonomia nos educandos, estimular a curiosidade crítica, através da pesquisa o professor progressista constrói juntamente com o aluno o ‘pensar certo’.

A reflexão crítica sobre a prática é fundamental no cotidiano do professor, a tal ponto que a teoria se confunde com a prática, assim, pode-se conceber uma prática melhor a cada dia, este é um dos grandes problemas encontrados na escola.

3.2 - A ESCOLA DA PONTE

Localizada em São Tomé de Negrelos, Portugal, a escola pública da Ponte atende a pré-escola, ensino fundamental e médio que são divididos em três ciclos: Iniciação, Consolidação e Aprofundamento. A escola inaugurou seu projeto inovador em 1976, em decorrência da falta de interesse dos alunos, a violência crescente contra os professores, que gerava desmoralização e desmotivação destes, a falta de estrutura, em geral, a insatisfação com o ensino tradicional fundamentalista, que a cada dia não correspondia aos interesses e a realidade dos alunos, todos esses problemas desencadearam numa profunda reflexão da comunidade escolar.

Numa entrevista com José Pacheco (PORTAL EDUCACIONAL, 2007) fundador e educador da escola, foi perguntado sobre a motivação que o levou a construir uma educação inovadora, ele respondeu: "*[...] não passa de um grave equívoco a ideia de que se poderá construir uma sociedade de indivíduos personalizados, participantes e democráticos enquanto a escolaridade for concebida como um mero adestramento cognitivo*".

José Pacheco se referia a concepção de escola tradicional capitalista, em que o currículo de disciplinas e conteúdos são montados por “especialistas” de fora da escola, que traçam metas sem conhecer a realidade de vida local das crianças. Essa homogeneização do ensino, não faz sentido para as crianças, pois não contextualiza seus próprios conhecimentos e interesses, propõe avaliações externas para averiguar se realmente aprenderam a apostila, um ensino voltado para o mercado de trabalho onde o foco não é a criança e sim o trabalho do professor.

Rubem Alves em suas crônicas compara à escola tradicional a linha de montagem de uma fábrica, que transforma seus alunos em produtos:

“[...] à semelhança do que acontece com os "objetos originais" na linha de montagem da fábrica- o objeto original que entrou na linha de montagem chamada escola (naquele momento ele chamava "criança") perdeu totalmente a visibilidade e se revela, então, como um simples suporte para os saberes-habilidades que a ele foram acrescentados durante o processo. A criança está, finalmente formada, isso é, transformada num produto igual a milhares de outros [...]”.

Por isso, a Escola da Ponte diante desse desafio optou revolucionar o ensino dentro da escola, decidiu ousar, e colocar o aluno e seus interesses acima de todas as propostas pedagógicas, uma escola que visa o desenvolvimento cultural, intelectual e social. Veremos abaixo como se desenvolve esta proposta até os dias atuais.

Apesar do êxito de suas abordagens diferenciadas, da qualidade e da apreciação pública, só em 2004, após uma avaliação externa, a Escola da Ponte assinou um Contrato de Autonomia do MEC de Portugal, que garantiu a liberdade de gestão do sistema pedagógico, reconhecendo-a como um espaço de formação docente e de contribuição e desenvolvimento da comunidade, bem como da sociedade. Tamanha é o reconhecimento da escola hoje, que recebe alunos de vários países e diferentes classes sociais, alunos com deficiências, além de muitos visitantes para conhecer seu projeto.

A escola tem como princípios básicos a Liberdade, o Respeito e a Solidariedade. O projeto pedagógico visa “Fazer a ponte”, que é formar cidadãos mais autônomos,

responsáveis, mais cultos e solidários. Os instrumentos pedagógicos foram pensados de maneira que proporcione aos alunos senso de responsabilidade pelo seu aprendizado e conduta.

Os três ciclos organizados em Iniciação, Consolidação e Aprofundamento, organizam-se para preparar o aluno para desenvolver a autonomia e responsabilidade nas tarefas, por isso na Iniciação a criança é acompanhada e aprende as regras de convivência e sua responsabilidade mediante seu desenvolvimento e aprendizagem, na Consolidação, o acompanhamento é diminuído, a criança circula pelos espaços da escola com mais liberdade e organiza sua forma de trabalho dentro do currículo nacional. No Aprofundamento esta autonomia se expande e aumenta a participação coletiva nas decisões.

O processo de ensino-aprendizagem se dá pela investigação e pesquisa de temas em bibliotecas, sites, e consultas aos professores orientadores escolhidos pelas próprias crianças, e que ajudam a montar os objetivos do trabalho. Os alunos escolhem o tema de interesse que irão trabalhar por 15 dias e se reúnem em grupos, o professor tutor não prepara uma aula, mas investiga juntamente com os alunos o tema, e oferece as ferramentas de pesquisa, ele acompanha o grupo que varia de 8 a 11 alunos durante este percurso.

São os alunos que determinam seus direitos e deveres a partir do respeito as regras de convivência e da coerência nas atitudes. Nas “Assembleias de Escola” que acontecem semanalmente os estudantes juntamente com os professores e orientadores debatem os problemas da escola, votam e se organizam. Esta assembleia é comandada por um presidente escolhido pelas próprias crianças, aqueles que não se sentirem a vontade pra falar, podem escrever sugestões e opiniões numa “Caixa de Segredos”.

A avaliação dos alunos acontece ao término dos 15 dias, em duas etapas: se auto-avaliam, num segundo momento um dos professores que consolidou o grupo escolhe juntamente com o aluno como será feita, oral ou escrita. Se constatado o aprendizado se inscrevem para ajudar outros alunos em papeis que ficam espalhados pela escola escrito “Posso ajudar em”, e para aqueles que estão com dificuldades na pesquisa se inscrevem na folha “Tenho necessidade de ajuda em”. Essa estratégia envolve os alunos numa rede de solidariedade e permite que se vejam como produtores de conhecimentos, assim como os professores.

O trabalho da Escola da Ponte se une ao apoio dos pais e responsáveis que tem papel importante na concretude do projeto, sendo assim estes participam de uma Associação de Pais, apresentação do Plano Anual de Trabalho, reuniões de avaliação dos projetos que

acontecem mensalmente e tem a possibilidade de se reunirem com algum professor sempre que desejarem.

Enfim, este trabalho da Escola da Ponte contribui imensamente para repensarmos a escola de hoje, qual o seu sentido e quem são os verdadeiros sujeitos que a constituem. É possível avistar um futuro melhor para a escola, ainda tem-se esperança, mesmo que em meio a tantos problemas não é proveitoso desacreditar, para Paulo Freire (2013) “*a desproblematização do futuro gera morte da esperança*”, e é por isso que, para quem acredita na arte de viver e pensar é preciso lutar, cada professor deve repensar a realidade de sua escola e desejar fazer uma educação dos sentidos.

3.3 - RELATO DE EXPERIÊNCIA

A vivência e o estágio são necessários em qualquer área de conhecimento, principalmente na educação, pois é a partir da compreensão do cotidiano escolar, que se avistam os múltiplos processos educativos e os conflitos que atravessam a prática docente.

A partir dos estágios obrigatórios da faculdade e também o remunerado em escola particular, que adquirimos experiências enriquecedoras positivas e negativas. Positivas porque dão impulso e coerência aos desafios da formação e clareza na simplicidade de ensinar e aprender que tanto é teorizado. Negativas, porque alguns acontecimentos são tristes e não deveriam acontecer na escola, como por exemplo, o desrespeito a dignidade do aluno, e a voz do aluno, mas não somente estes como também a falta de valorização e preparação do professor que se manifesta na murmuração deste frente as dificuldades.

Dentro deste contexto e de outros problemas já citados anteriormente nesta pesquisa, é que está localizada as escolas públicas do Rio de Janeiro, em particular esta citada, na da zona oeste. Uma turma de quase 30 alunos do 1º Ano do Ensino Fundamental, estigmatizada por conter os “piores” alunos, pois foi formada quando todas as outras já estavam organizadas e cada professora retirou de sua sala os alunos que estavam excedentes, mas levou em conta a oportunidade de tirar de suas turmas o aluno mais agitado ou de comportamento mais agressivo. O trabalho estava realmente difícil por centenas de motivos, a estrutura das salas, com mesa de educação infantil, falta de material, nem a lista com o nome completo das crianças estava correta, cada dia era uma lista diferente, o que favorecia a desorganização, pois a professora não sabia quem pertencia a turma, e nem as próprias crianças sabiam. Para completar, estes problemas associado a especificidade de cada aluno se refletiam na sala de aula um comportamento de desrespeito aos outros alunos, e também a professora, não havia

um bom trabalho pedagógico, pois as professoras não tinham conhecimento da trajetória de aprendizado destes alunos, porém já tinham que aplicar avaliação, as professoras desmotivadas deixavam eles brincarem com os brinquedos na mesa no final do dia após terminarem as tarefas, enquanto elas descansavam, este momento durava uns 40 min.

Certo dia, ao observar esta turma e tentar ajudar as professoras de alguma forma, pois era visível o cansaço destas percebemos que quando brincavam ficavam tranquilos, era notável isso, decidi intervir na brincadeira de duas crianças que brincavam com partes do mesmo brinquedo, mas nem sabiam. Era um jogo de argolas, mas como estava desmontado, as argolas tinham virado pulseiras e o pino virou um martelo que batia na mesa, interessante como as crianças deram novas funções diante do imprevisto. Depois de observar e deixar que brincassem, decidi mostrar as duas crianças que aquelas partes se completavam e viravam um jogo em que poderiam brincar juntos. E assim foi. Começamos a brincar estipulando algumas regras, quem iria primeiro e quantas chances tinham de acertar cada jogador, ficou três chances. Passado alguns minutos, diante da nossa euforia mais crianças queriam brincar, e quando nos demos conta, toda a turma queria brincar. Tivemos que parar o jogo, sentar numa grande roda no chão, decidir novas regras, pois agora o grupo era bem maior. Conforme mais pessoas conseguiam, aumentávamos o desafio, ganhava quem acertava não só um ou duas argolas, mas três. Passaram-se 30 minutos nesse jogo, e nem percebemos, ao bater o sinal, as crianças não queriam ir embora, o interessante foi ver como respeitavam as regras do jogo, um cobrava o outro, se parabenizavam tratando-se de forma cordial. Esta experiência foi marcante e motivadora, mostrou que é possível desenvolver alguma atividade que construa conhecimento e que seja prazeroso. As professoras se surpreenderam, pois apenas um jogo dirigido foi capaz de concentrar a atenção das crianças e “transformar” aquelas crianças ditas “díficeis e agitadas” em “dóceis e comportados” alunos. A partir daí, o que poderia se fazer a partir do que os interessava que também trouxesse conhecimento, a reflexão sobre esta atividade veio a partir dos autores aqui já citados.

Rubem Alves fala a respeito da escola que quer ensinar o currículo, mas será que o currículo é mais importante do que conhecimentos que ajudam a viver melhor, a criança já nasce com o desejo de aprender, então porque quando chega a escola se desmotiva? *“Por que é que, a despeito de toda pedagogia, as crianças têm dificuldades em aprender nas escolas? Porque nas escolas o ensinado não vai colado à vida. Isso explica o desinteresse dos alunos pela escola.”* (Alves)

A escola de hoje é comparada a uma fábrica que produz unidades bio-psicológicas móveis portadoras de conhecimentos e habilidades. A prova atesta a qualidade, que na

verdade verifica a igualdade dos produtos, sendo sujeito ao diploma quando aprovado. Dessa forma as crianças não entendem o sentido de aprender.

Paulo Freire (2013) afirma que, “*a construção do conhecimento se dá pela curiosidade*”, e a partir da curiosidade espontânea desenvolve-se a curiosidade epistemológica, e quanto mais busco o objeto, conjeturo, comparo, imagino, mais conhecido faço aquele objeto. O desafio, a exploração dos sentidos do corpo, as emoções, brincadeiras, isso tudo faz parte do universo do ser humano e principalmente da infância e não poderia ser esquecido dentro da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola atual vivencia um momento de conflitos e dificuldades que se agravaram com o desenrolar da história, a instabilidade política, a dependência econômica externa, a ideologia neoliberal contribuíram para o agravamento e mudança do papel da escola na sociedade. Ao mesmo tempo em que assume papel fundamental na construção da qualificação exigida pelo mercado de trabalho gerando mais oportunidades a todos, também é culpada pelo fracasso diante das desigualdades sociais e dos problemas encontrados.

Através do estudo da história da educação brasileira pode-se perceber que a educação está sempre incorporada a política-econômica, assim como salientou Shigunov. E a fragmentação educacional se dá pelo fato de não haver uma continuidade da proposta sempre que se modifica de governo.

Os autores Paulo Freire e Rubem Alves resignificam o papel da escola, contemplam uma educação que tem sentido a vida da criança e do educando, utilizando o prazer em aprender, e os próprios conhecimentos das crianças. Destaca a importância da formação do professor, no exercício da autonomia e do pensamento crítico, exigindo habilidades e conhecimentos.

A escola da Ponte é um modelo de inovação do trabalho pedagógico, que se volta para o aluno e não para o trabalho do professor, com muita eficiência este trabalho tem sido espelho para outras instituições e para prática docente. Uma escola dos sonhos como afirma Rubem Alves.

Conclui-se que a educação está se transformando a cada dia, e a escola tem perdido sua identidade frente às mudanças políticas neoliberais, porém, existe uma educação dos sentidos que precisa ser encontrada pelos professores, algumas destas propostas existem em vários lugares do Brasil e reinventam uma nova escola a cada dia, aos professores cabem a tarefa de repensar a realidade constatando os problemas para enfim intervir sobre ele, e construir um ensino melhor, livre e satisfatório.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A escola da Ponte**. Acesso em Maio de 2016, Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/edcampo_texto_rubem_alves_a_escola_com_que_---_existir.pdf>. Acesso em: 22 de Maio de 2016.

ALVES, Nilda (Org.); GARCIA, Regina Leite (Org). **A invenção da escola a cada dia:** coleção o sentido da escola. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

CORRÊA, V. **Globalização e Neoliberalismo:** O que isso tem a ver com você professor? Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

ESCOLA DA PONTE. **Projeto educativo**. Disponível em: <<http://www.escoladaponte.pt/site/ficheiros/doc/orienta/PE.pdf> > Acesso em 27 de Maio de 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessário a prática educativa**. 46° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real**. 6° ed. São Paulo: Cortez. (2010).

NETO, Alexandre Shigunov. **História da Educação Brasileira:** Do período Colonial ao Predomínio das Políticas Educacionais Neoliberais. São Paulo: Salta, 2015.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, nº 33, p.7-47, jun/2001.